

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



## A Interação entre Direito e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas para um Futuro Sustentável

### Autor(es)

Izabela Roque De Siqueira Freitas E Freire

José Damaci De Lucena Júnior

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE PITÁGORAS UNOPAR DE JOÃO PESSOA

### Introdução

O conceito de sustentabilidade deve ser estabelecido de forma difusa, desassociado ao desenvolvimento sustentável, e tem se consolidado como um tema central nas discussões globais sobre o futuro do planeta e sua preservação. O crescimento econômico desenfreado, os recursos naturais sendo explorados sem controle, incluindo o desmatamento das florestas e sua degradação, geram impactos ambientais preocupantes, exigindo medidas de controle para harmonizar o progresso econômico com a preservação ambiental. Nesse contexto, a legislação exerce papel fundamental ao estabelecer normas que desencorajem ações nocivas e regulamentem a atividade econômica, social e ambiental, promovendo equilíbrio entre esses elementos. Este resumo observa como a legislação ambiental, associada a políticas públicas — atualmente marcadas pela ausência de direcionamento e falta de transparência, deve focar na preservação dos recursos naturais para garantir qualidade de vida às futuras gerações.

### Objetivo

O estudo visa analisar a importância do direito e a sustentabilidade, demonstrando a necessidade do Direito sustentável como instrumento essencial para verificar como a legislação ambiental pode contribuir com ordenamento, melhoria das condições de vida, normas e regras para o desenvolvimento sustentável, garantindo as atividades humanas com o equilíbrio ecológico bem como quantidade de vida.

### Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando Websites, artigos científicos, livros e legislações nacionais e internacionais. Foram analisadas normas ambientais relevantes, como a Agenda 2030 da ONU, o Acordo de Paris e o Código Florestal Brasileiro.

Além disso, foram identificados casos práticos nos quais a aplicação eficaz da legislação ambiental resultou em melhorias concretas na preservação ecológica.

Essa abordagem permitiu compreender os desafios e oportunidades nas implementações de políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

### Resultados e Discussão

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Os resultados indicaram que a legislação ambiental tem papel essencial na redução dos impactos ambientais negativos.

Políticas públicas também, como incentivos fiscais para empresas sustentáveis e penalizações para infratores ambientais, demonstraram ações com resultados positivos na proteção de biomas e recursos hídricos.

Aliado a isso, observa-se que a conscientização e implementos na educação ambiental são fatores determinantes na execução e no cumprimento efetivo das normas legais. Contudo, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a falta de fiscalização adequada e a necessidade de integração entre esferas governamentais e privadas.

A discussão nos leva a reflexão quase que conclusiva de que o fortalecimento de mecanismos jurídicos e a participação ativa da sociedade civil são fundamentais para avançar na construção de um modelo ambientalmente sustentável.

## Conclusão

Conclui-se que o direito exerce papel crucial na promoção da sustentabilidade, consolidando-se na legislação ao estabelecer normas de proteção ambiental e incentivo a práticas sustentáveis. A integração entre políticas públicas e normas eficazes é fundamental para garantir dignidade em um ambiente equilibrado. O princípio do poluidor-pagador reforça que quem causa danos deve responder e reparar. É preciso readequar Estado e sociedade a essa nova realidade.

## Referências

- BRASIL. Código Florestal Brasileiro. Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012. SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2010.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- GONÇALVES, Fernando. Políticas Públicas Ambientais no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2018.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Cortez, 2019.
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em Foco. São Paulo: Revista dos Tribunais.